O APADRINHAMENTO AFETIVO COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Girlandia Bastos Anastácio da Costa¹
Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou²

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o apadrinhamento afetivo como instrumento de garantia e proteção dos direitos de crianças e adolescentes em instituições brasileiras de acolhimento. Para tanto, discorre sobre a construção sociojurídica e cultural da concepção de criança como sujeito de direito, o acolhimento institucional e o próprio instituto do apadrinhamento afetivo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória, de natureza qualitativa, cuja relevância encontra-se consolidada no número crescente de crianças e adolescentes em acolhimento e as barreiras que são encontradas para a adoção tardia. Neste sentido, conclui-se que a figura do apadrinhamento afetivo se mostra como instrumento que vem propiciar às crianças e adolescentes acolhidas, com pouca reduzida possibilidade de serem colocadas em família substituta, a oportunidade de exercerem, mesmo que minimamente, o direito à convivência comunitária, o que se mostra fundamental para o desenvolvimento saudável do ser humano.

Palavras-chave: Apadrinhamento afetivo. Acolhimento institucional. Proteção integral. Criança e adolescente.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze affective sponsorship as an instrument to guarantee and protect the rights of children and adolescents in Brazilian shelter institutions. To this end, it discusses the socio-legal and cultural construction of the conception of children as subjects of law, institutional reception and the very institution of affective sponsorship. This is a bibliographical, exploratory, qualitative research, whose relevance is consolidated in the growing number of children and adolescents in foster care and the barriers that are found for late adoption. In this sense, it is concluded that the figure of affective sponsorship is shown as an instrument that comes to provide children and adolescents welcomed, with little reduced possibility of being placed in a foster family, the opportunity to exercise, even if minimally, the right to community life, which is fundamental for the healthy development of human beings.

Keywords: Affective sponsorship. Institutional reception. Comprehensive protection. Child and teenager.

1 INTRODUÇÃO

A proteção das crianças é um dever constitucional do Estado, em conjunto com a família e a sociedade, haja vista que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do

¹Discente do curso de direito da UNILEÃO. Email:

²Docente do curso de direito da UNILEÃO. Especialista em Docência no Ensino Superior. Mestranda em Ensino em Saúde. Email: alynerocha@leaosampaio.edu.br.

Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, incorporou-se no ordenamento jurídico os princípios de proteção à infância preconizados no direito internacional. Ademais, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de 2006 e a Lei n. 12.010/09 trouxeram novas medidas visando a implementação destes direitos.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é uma medida de proteção que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal 8069/1990), deve ser de caráter provisório e excepcional, devendo ser utilizada como forma de transição para colocação em família substituta, quando esgotados os recursos para reinserção na família de origem (BRASIL, 1990). Todavia, muitas vezes a provisoriedade e excepcionalidade da medida não são uma realidade.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem 38.929 crianças e adolescentes institucionalizadas no Brasil, das quais 4.290 estão disponíveis à adoção (CNJ, 2022). Diante deste cenário, questiona-se como assegurar o direito à convivência familiar e comunitária à estas crianças e adolescentes?

Desta forma, o referido trabalho busca aferir a eficácia do apadrinhamento afetivo como forma de promover o direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes institucionalizados, assim como seus efeitos no desenvolvimento dos infantes. Pretende, ainda, discorrer sobre a construção sociojurídico cultural do conceito da criança e do adolescente como sujeito de direito, o processo de acolhimento institucional e, por fim, o programa de apadrinhamento.

Neste diapasão, mostra-se importante a presente pesquisa, ante a necessidade de aprofundamento sobre a temática, especialmente em razão da alta incidência de acolhimento institucional, havendo, por conseguinte, a necessidade de se obter alternativas que visem assegurar o melhor interesse da criança e do adolescente, assim como o direito fundamental destes em manter convivência familiar e comunitária.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, voltada a fornecer embasamento teórico que permita o conhecimento e a discussão acerca do tema abordado. Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, a qual objetiva gerar conhecimentos novos úteis sem aplicação prática prevista. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema. Segundo Gil (2010), tal método visa proporcionar maior familiaridade com o problema em pauta, com intuito de torná-lo explícito ou de construir hipóteses.

2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O marco fundamental no reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é a Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 1º, estabelece que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem por fundamentos, dentre outros, a cidadania (inciso II) e a dignidade da pessoa humana (inciso III) (BRASIL, 1988).

Estabelece ainda a proteção à infância como um direito social (artigo 6º), trazendo um capítulo específico (no título VIII, capítulo VII), onde trata sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso (incluindo recentemente o jovem, com a Emenda Constitucional 65/2010). Traz, ainda, o paradigma da proteção integral no seu artigo 227, *caput*, na medida em que reconhece uma série de direitos fundamentais e os concebe como prioridade absoluta:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Diferentemente das previsões legais protecionistas que se têm hoje, os textos constitucionais anteriores à 1988 não traziam o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, sendo submetidos, até haver esse reconhecimento, à diversas formas de violência. Coelho (1998, p. 94), ao tratar do texto constitucional de 1824, destaca que

(...) não há qualquer referência às crianças, estendendo-se até a Constituição de 1969. (...) até a Constituição de 1969, a criança não era tratada como sujeito de direitos, sendo seguida a teoria da situação irregular, contida no Código de Menores, tendência essa rompida com a Constituição de 1988 e complementada com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Deste texto constitucional apenas há apenas um título – o oitavo – dedicado às disposições gerais, garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, onde, no art. 179, foram enumerados os direitos dos cidadãos, sendo essa a única norma constitucional de possível aplicação à criança, quando no inciso XXXII, se tem a previsão da instrução primária gratuita a todos os cidadãos (BRASIL, 1824)

Cumprе destacar ainda os arts. 69 e 70 da Lei dos Municípios, datada de 1885, segundo os quais a competência legislativa para tratar sobre a infância e juventude era distribuída para as Câmaras Municipais de todo o País, às quais cabia estabelecer convênios com instituições privadas para zelar pelas crianças desamparadas, as quais eram qualificadas como “expostos”:

Art. 69. Cuidaráõ no estabelecimento e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que não o tiverem sido, tendo Medico ou Cirurgiãõ de partido. Art. 70. Terãõ inspecção sobre as escolas de primeiras lettras, educação e destino dos órphãos pobres, em cujo número entrarãõ os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que tracta o art. 69, se achem por lei, ou de facto, encarregados em alguma cidade ou villa a outras auctoridades individuaes ou colletivas, as Câmaras auxiliarãõ sempre quanto estiver da sua parte para a prosperidade e augumento dos sobredictos estabelecimentos (BRASIL, 1885).

Destaca-se, ainda, que o abandono de crianças para as Santas Casas e demais instituições de acolhimento, conforme bem assevera Trindade (1999), representava a solução de dois problemas para as mães, o primeiro era a desonra de uma gravidez fora do casamento e uma forma de as mulheres obterem sustento por meio da amamentação de outras crianças. Pela regulamentação com os convênios estabelecidos entre as Câmaras Municipais e as instituições privadas, em especial as Santas Casas de Misericórdia, estas ficavam responsáveis pelo zelo e administração das Rodas dos Expostos, instrumento comumente instalados em instituições de caráter religioso. Essa atividade estava prevista inclusive nas Ordenações Filipinas, Livro 1 Título 88: Dos Juizes dos Órfãos, Título LXXXVIII, datada de 01 de abril de 1451, costume que perdurou por muitos anos (BRASIL, 1451).

Séculos depois, como aduz Coelho (1998, p. 96) sobre a Constituição de 1891,

A exemplo da Constituição de 1824, não há, na primeira Constituição republicana, referência alguma à proteção à criança. Talvez isso seja devido à própria estruturação da família dentro da sociedade. Se volvermos os olhos ao passado, veremos que toda base familiar era assentada no patriarcado, cabendo ao pai o destino e o comando de todos os elementos dela integrantes.

No campo infraconstitucional, cumpre destacar a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, a qual foi consolidada pelo Decreto nº 17.943-A, representa avanços na proteção das crianças, não obstante essa legislação fosse endereçada apenas às crianças e adolescentes em “situação irregular”, quais sejam, menor abandonado ou delinquente. É o que se depreende do Artigo 1º, que definia a quem a lei se aplicava, dispondo que “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” (BRASIL, 1927).

No campo constitucional, promulgada em 1934, a primeira Constituição republicana é também a primeira a fazer menção à preocupação do Poder Público com a questão da infância, prevendo, em seu artigo 138, a incumbência à União, aos Estados e aos Municípios, de amparar a maternidade e a infância e de proteger a juventude contra toda a exploração, bem como contra

o abandono físico, moral e intelectual, estabelecendo, ainda, em seu art. 141, que é dever da União, dos Estados e dos Municípios o amparo à criança, para a qual estes deveriam destinar 1% de suas rendas (BRASIL, 1934).

Com a outorga da Constituição de 1937, inseriu-se a competência privativa da União para legislar sobre a saúde da criança (artigo 16, XXVII); que a infância e a juventude deveriam ser objetos de cuidados e garantias especiais por parte do Estado (artigo 127); que o abandono moral, intelectual ou físico por parte dos pais constituiria falta grave (ainda no artigo 127); que os entes federativos seriam solidários para garantir uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (artigo 129); que os jovens teriam direito à profissionalização (artigo 132) e que nenhum aluno seria obrigado a frequentar aulas de ensino religioso, preservando-lhes as convicções de fé (artigo 133) (BRASIL, 1937).

Em 1941, por meio do Decreto-Lei Nº 3.799, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, o qual era um órgão vinculado ao Ministério da Justiça criado para sistematizar, fiscalizar, regulamentar as verbas orçamentárias destinadas à Assistência Social e para ser um orientador técnico e pedagógico das instituições oficiais e privadas de atendimento ao menor desvalido e delinquente e que funcionava como um equivalente do sistema Penitenciário para a população menor de idade.(BRASIL, 1941)

O texto constitucional de 1946 trouxe referências mais genéricas à proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, se resumindo a emitir o comando do artigo 164, que tornava obrigatória “a assistência à maternidade, à infância e à adolescência” em todo o território nacional (BRASIL, 1946).

A Constituição de 1967 afastou a proteção à infância e à juventude, quando estabeleceu, no §4º do seu artigo 167, que “a lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à adolescência”, retirando a expressa previsão constitucional à garantia integral dos direitos das crianças e dos adolescentes (BRASIL, 1967).

Com a Emenda Constitucional Nº 1, De 17 De Outubro De 1969, editou-se um novo texto à Constituição Federal de 1967, a qual passou reduziu a idade mínima para trabalho para doze anos e, em seu artigo 175, reservou à lei especial no campo infraconstitucional a proteção à infância e adolescência, proteção esta, contudo, que jamais foi regulamentada, o que prejudicou sua aplicação (BRASIL, 1969).

Em 1979, com a promulgação da Lei n. 6.697, foi criado o 2º Código de Menores, o qual trouxe poucas modificações em relação ao Código anterior, todavia, o seu art. 9º, diferentemente do Código de 1927, previu a criação de “entidades de assistência e proteção ao menor, pelo Poder Público”, segundo o qual deveriam ser “criados centros especializados

destinados à recepção, triagem, observação e permanência de menores”. O referido Código de 1979, assim como o anterior, tratava da proteção e da vigilância aos menores em situação irregular. Seus destinatários eram as crianças consideradas em estado de necessidade (BRASIL, 1979).

Com a promulgação do texto Constitucional de 1988, introduziu-se no ordenamento jurídico brasileiro a doutrina da proteção integral e a garantia da absoluta prioridade para tratar de questões ligadas à criança e ao adolescente, haja vista que o art. 227 normatizou preceitos que possibilitaram a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente ao determinar como dever da família, da sociedade e do Estado a responsabilidade pelo desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988).

Dispõe o artigo 227 da Constituição Federal, em redação dada pela Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010, que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Em relação aos chamados Direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a Carta Magna de 1988 assegura o direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, proteção contra a exploração e violência (BRASIL, 1988).

Posteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988, em 1990 o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990, tendo a mesmo entrado em vigor em 23 de outubro de 1990, e inseriu no ordenamento jurídico o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), que veio promover a efetividade de tais princípios para a plena garantia do desenvolvimento das crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Em seu Art. 1º, o ECA afirma que “esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”, rompendo com paradigmas de assistencialismo, de situação irregular e da centralização da vida e ações pelo poder judiciário, entendendo assim que a criança e adolescente como sujeitos de direitos (BRASIL, 1990).

O ECA define que criança é o sujeito até doze anos de idade incompletos, enquanto considera adolescente entre doze e dezoito anos, garantindo que eles tenham “[...] todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral [...]”

assegurando-se-lhes [...] todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social [...]” (BRASIL, 1990)

Ressalta-se, ainda, que o ECA reserva, em seu primeiro título, capítulos específicos relacionados ao direito à vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência Familiar e Comunitária, educação, cultura, esporte e lazer. O Estatuto garante também o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, assim como dispõe sobre a prevenção e proteção de ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente e entidades de atendimento Além disso, sistematiza as procedências em relação à prática de ato infracional e aos papéis e atribuições do Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário (BRASIL, 1990).

Assim, com o referido Estatuto instaurou-se no Brasil a Doutrina da Proteção Integral, contrapondo-se à doutrina da situação irregular trazida anteriormente, possibilitando o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, garantindo-lhes prioridade absoluta. Nesse sentido destaca Fonseca (2011, p. 7-8) que

A evolução dos direitos de crianças e adolescentes, no Brasil, partiu do denominado “direito do menor”, expressão que reduzia a importância da criança como ser humano, para o direito da criança e do adolescente. (...) O Código de Menores, a rigor, “não passava de um Código Penal do Menor”, uma vez que suas normas tinham mais um caráter sancionatório do que protetivo ou assistencial. Trouxe consigo a “Doutrina do Menor em Situação Irregular”, quando poucas foram as modificações; era o tempo do “menor”, do “menor abandonado”, do menor delinquente, expressões que estigmatizavam crianças e adolescentes e que ainda hoje albergam uma espécie de ranço, quando se houve dizer: “ele é de menor”.

Frente a isso, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho de 1990, com 267 artigos que visam à proteção integral das crianças e dos adolescentes brasileiros, estes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, devendo a ação do Estado ser voltada à propiciar as políticas públicas necessárias para que o seu desenvolvimento se faça de forma plena.

3 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Apesar de haver uma legislação protetora dos direitos infante-juvenis, a sociedade se depara diariamente com crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados. O art. 4º do ECA dispõe que são direitos da criança e do adolescente o direito à vida, educação,

alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Neste sentido, se pode conceituar violação de direitos como toda e qualquer ameaça ou violação de direitos da criança ou do adolescente, “em decorrência da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento” (TJDFT, 2013, p. 1). Nesse sentido, “Abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, além de todas as formas de violência (física, sexual e psicológica), configuram violação de direitos infanto-juvenis (TJDFT, 2013, p. 2).

Conforme destacado pela Secretaria de Direitos Humanos³ (2010, p. 26),

Toda ação ou omissão que coloque a criança e o adolescente em situação vulnerável e propicia a violações de sua integridade física, psíquica e moral e à sua dignidade como pessoa é considerada uma ameaça. Contudo, aquilo que é considerado ameaçador para uns pode não ser para outros. Apenas conhecendo profundamente a situação vivida pelas pessoas implicadas, tendo por base seus contextos sociais e culturais, é que poderemos concluir sobre o quanto aquela ameaça é real.

Quando diante de situações excepcionais de violações direitos da criança, podem ser adotadas pelo Poder Judiciário, mediante provocação do sistema de garantia de direitos, diversas medidas protetivas com vistas a sua proteção integral e prioritária (Art. 100, ECA, 1990). A perda ou destituição familiar é o fim do seu exercício por decorrência dos casos elencados no Código Civil, pelo art. 1.638, o qual dispõe que

Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:
I – castigar imoderadamente o filho;
II – deixar o filho em abandono;
III – praticar atos contrários à moral e aos bons costumes;
IV – incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

Essa sanção é a mais grave, sendo imposta aos pais que faltarem com os deveres em relação aos filhos, falta essa que não se refere apenas à assistência material, mas também ao descaso com relação a sua criação, educação e moral, ao passo que conforme assevera Lôbo (2018, p.308-309) “somente deve ser decidida quando o fato que a ensejar for de tal magnitude que ponha em perigo permanente a segurança e dignidade do filho”.

Ademais, a destituição do poder familiar não configura apenas uma sanção aos genitores, se caracterizando, sobretudo, como um instituto de proteção que visa a salvaguardar os interesses da criança vitimada, assim, Dias (2015, p.470) leciona que

³ Vide: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>.

A suspensão e a destituição do poder familiar constituem sanções aplicáveis aos genitores por infração aos deveres que lhes são inerentes, ainda que não sirvam como pena ao pai faltoso. O intuito não é punitivo. Visa muito mais a preservar o interesse dos filhos, afastando-os de influências nocivas. Em face das sequelas que a perda do poder familiar gera, deve somente ser decretada quando sua manutenção coloca em perigo a segurança ou a dignidade do filho. Assim, havendo possibilidade de recomposição dos laços de afetividade, preferível somente a suspensão do poder familiar.

Neste sentido entende-se por Proteção Integral o reconhecimento de que, perante a lei, todo e qualquer jovem merece atenção especial do Estado, da família e da sociedade, sendo dever de todos observar a legislação especificamente voltada à garantia do bem-estar e do desenvolvimento saudável destes (Cucci, 2011)

Destaca-se que este princípio abrange o conjunto de ações, políticas, planejamentos, projetos e programas que devem articulados e executados, com prioridade absoluta, pelo Estado, com a participação e solidariedade da família e da sociedade, com o intuito de garantir que todas as crianças e adolescentes gozem, de modo efetivo e sem discriminação, dos direitos fundamentais à sobrevivência, ao desenvolvimento e à participação, ao tempo que atende às situações especiais e em que se encontram as crianças e adolescentes individualmente considerados, ou determinado grupo de crianças e de adolescentes cujos direitos foram vulnerados (VALERA, 2014).

Cabe ressaltar que, conforme leciona Zagaglia (2018), a Doutrina da Proteção Integral se concebe por três bases fundamentais: a) o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, titulares das exigências positivas ou negativas, considerados sujeitos plenos como todos os demais membros da sociedade; b) o direito à proteção especial, que por meio da Doutrina da Proteção Integral, se englobam todas as dimensões da vida e desenvolvimento das crianças e adolescentes; c) o direito a condições de vida que permitam o desenvolvimento integral através da construção do conceito de cidadania, dando a titularidade de todos os direitos fundamentais a todos, sem restrições.

Ao tratar da Teoria da Proteção Integral, Veronese (2003) sustenta que esta desempenha papel estruturante no sistema protecionista dedicado à crianças e adolescentes, na medida em que os reconhece sob a ótica da integralidade, como sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, ainda, os direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que se articulam, produzem e reproduzem de forma recíproca.

Assim, a proteção consiste numa série de instrumentos jurídicos com o objetivo essencial de proteger e garantir a proteção das crianças e dos adolescentes, em todas as suas

áreas de desenvolvimento, com a participação da família, do Estado e da comunidade, para que os direitos dessas pessoas em desenvolvimento sejam garantidos e respeitados.

Diante da constatação de violação, as medidas protetivas a serem adotadas devem ser determinadas de maneira fundamentada, considerando diversos princípios, tais como da intervenção mínima, da proporcionalidade, atualidade. É o que dispõe o artigo 100 do ECA, segundo o qual, sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto sejam ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abusos dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta, nos termos do artigo 98 do ECA, aplicar-se-ão as medidas de proteção dispostas no art.101 do mesmo dispositivo (BRASIL, 1990)

Dentre as nove medidas de proteção aplicáveis, há as que implicam a interrupção da convivência familiar com a família de origem, quais sejam, o acolhimento institucional, previsto no inciso VII e o acolhimento familiar, inciso VIII, que são “medidas provisórias e excepcionais utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar, ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta”, nos termos do parágrafo primeiro de referido artigo (BRASIL, 1990).

A principal novidade desse modelo protecionista diz respeito ao caráter provisório da medida de acolhimento institucional, bem como a preocupação com a reinserção familiar, garantindo-se assim o direito à convivência familiar, conforme previsto no parágrafo único do artigo 101 do ECA: “o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

Os demais instrumentos legais, como a Constituição Federal, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e a Lei nº. 12.010, aprovada em 03 de agosto de 2009, conhecida como Nova Lei de Adoção, também asseguram à criança e ao adolescente o direito de serem criados e educados por sua família e, excepcionalmente, em família substituta.

O acolhimento institucional, nas situações em que se mostre necessário, deve durar o menor tempo possível, com o intuito de evitar que a criança ou o adolescente permaneça por longos períodos na instituição de acolhimento, haja vista que tal medida é vista como uma violação ao direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescente, devendo, portanto, ser evitado quando possível. Como bem destaca Lambert (2015, p. 1), esta medida deve ser aplicada de forma excepcional e provisória, destacando ainda que

[...] o encaminhamento para uma instituição deve ser feito por meio de uma Guia de Acolhimento, e, quando verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento comunicará a autoridade judiciária que, após dar vista ao MP, decidirá a situação.

O termo Acolhimento Institucional foi adotado para designar os programas de acolhimento em entidade, definidos no Art. 90, Inciso IV, do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98. Segundo o Art. 101, parágrafo único, o acolhimento é uma medida provisória e excepcional, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 1990).

Segundo dados do Diagnóstico Nacional da Primeira Infância, produzido pelo CNJ em parceria com o Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), mostram que, em 2020, mais de 30 mil crianças e adolescentes estavam acolhidos no país e a negligência representava cerca de 30% dos motivos de acolhimento, seguidos por conflitos em ambiente familiar (15%) e drogadição de integrantes da família (8%). Já os casos de órfãos que chegaram às Varas de Infância representavam apenas 0,4% do total (CNJ, 2022).

Conforme dispõe as Orientações Técnicas (2009), o afastamento traz profundas implicações, tanto para a criança como para o adolescente e a família, ao passo que somente se deve recorrer a esta medida quando ela representar a garantia do melhor interesse da criança e do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento, devendo ser aplicada apenas nos casos em que não for possível realizar uma intervenção mantendo a criança ou adolescente no convívio com sua família nuclear ou extensa (BRASIL, 2009).

A oferta do serviço de acolhimento, ainda de acordo com as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), deve ser baseada no respeito e inclusão, sendo fundamental considerar a condição socioeconômica das famílias, os diferentes arranjos familiares, etnia, crença, religião, orientação sexual, especificidades físicas e de saúde, entre outras questões, de forma a oferecer um atendimento de qualidade, individualizado e personalizado (IBIDEM).

Cabe ressaltar que um dos objetivos almejados com a aprovação das “Orientações Técnicas” pelo Conanda e CNAS em 2009, foi o fim das “instituições totais”, ao passo que o referido documento determinou que os serviços de acolhimento deveriam abrigar, no máximo, 20 crianças e adolescentes, além de ter profissionais atuando em interlocução, isto é, “em rede e intersetorialmente” (MIRANDA, 2017, p. 211).

Ademais, a Lei nº 13.509, de 2017 firmou com maior rigor o caráter transitório do acolhimento institucional, ao alterar o art. 19 da lei 8.069/90, o qual estabelece que

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou

pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, a referida lei reforça o caráter excepcional do acolhimento institucional enquanto última instância de encaminhamento, por se tratar de uma medida que, por si só, já viola o direito fundamental à convivência familiar e comunitária expressamente assegurado pela CF/88 e pelo ECA.

No que diz respeito à reintegração da criança a sua família quando constatada que os familiares possuem condições favoráveis para prestar o cuidado necessário à criança, deve-se promover um processo de estímulo à reaproximação da família de origem com a criança ou o adolescente acolhido institucionalmente, visando, portanto, o desligamento para o núcleo familiar e convivência comunitária (GOBBO & ARCARO, 2013).

Esse processo de reinserção acontece com o desenvolvimento de ações desenvolvidas equipe técnica como, entrevista, coletas de informações e aproximação gradativa da criança com a família no ambiente doméstico e institucional (IANELLI, ASSIS & PINTO, 2015; ROCHA, ARPINI & SAVEGNAGO, 2015).

Ademais, cabe destacar que as dificuldades econômicas da família, ausência ou perda do vínculo familiar agravado pelo elevado tempo de institucionalização, o uso de substâncias psicoativas pelos responsáveis das crianças e adolescentes, a falta de planejamento e acompanhamento das visitas pelas equipes técnicas, ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio e a baixa adesão das famílias aos encaminhamentos propostos pela instituição, dificultam a reinserção familiar (BRITO, ROSA & TRINDADE, 2014).

Insta salientar também que a existência de histórico de violência na família e a permanência dos fatores de risco no contexto familiar durante o acolhimento dificultam uma reinserção familiar eficaz, além de existir a probabilidade de a criança ser acolhida novamente (FARMER & WIJEDASA, 2012).

Frente a essa realidade, na qual um grande número de crianças e adolescentes institucionalizados acabam por viver anos em abrigos, totalmente privadas de tratamento individualizado, vínculo familiar, convivência comunitária, sem qualquer tipo de afeto, surge o apadrinhamento afetivo, medida que vem sendo utilizada como um norte para os espaços

institucionais, haja vista seu condão de consolidar referências na “criação” das crianças e adolescentes, através da oportunidade da convivência em família.

Ademais, embora seja desejável a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares, quando estes são rompidos ou postos em risco por inúmeras condições, o acolhimento institucional configura-se como espaço de proteção e, a partir dele, novas configurações e atenções podem ser estabelecidas, tanto para a revisão dos processos familiares, como novas configurações de convívio, como é o caso das adoções. Ademais, o apadrinhamento afetivo pode se consolidar como espaço de escuta, reconhecimento e atenção aos direitos da criança e do adolescente que já se encontra com vínculos fragilizados ou violados (TEIXEIRA, MARCOMIM, 2019).

Neste diapasão, impende destacar que, não obstante sua imperiosa necessidade em casos extremos, a colocação em instituição de acolhimento pode trazer consigo o abandono afetivo, ao passo que o apadrinhamento afetivo surge como uma busca pela promoção de vínculos afetivos seguros e prolongados entre jovens institucionalizados e aqueles que se voluntariam para serem padrinhos e madrinhas durante toda trajetória do acolhimento institucional, a qual, em muitos casos, se estende por grande parte da infância e toda a adolescência.

4 O RECONHECIMENTO DO AFETO COMO PRÍNCÍPIO JURÍDICO E O APADRINHAMENTO AFETIVO COMO GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

As transformações socioculturais pelas quais perpassaram a sociedade levaram à valoração jurídica do Afeto, ante o reconhecimento de seu papel significativo na formação humana. Nesta perspectiva, para a compreensão da afetividade como princípio implícito no texto constitucional, se faz necessário tratar do processo de constitucionalização ocorrido no ordenamento jurídico, que consolidou a supremacia das constituições e a força normativa dos princípios e valores nelas contidos.

Inaugurado pela promulgação do texto constitucional de 1988, a qual trouxe a inserção da dignidade da pessoa humana no rol dos fundamentos da República, a consolidação do sistema democrático demonstra uma preocupação iminente com as situações jurídicas subjetivas, individuais e coletivas, ao passo que essa nova ordem constitucional inaugurada pela Carta Magna trouxe uma profunda reformulação das ideias até então vigentes.

Nesse sentido o professor Luís Roberto Barroso (2005 p. 21-22) destaca a atribuição de um novo papel a Constituição, com esse novo modelo de constitucionalismo, que proporcionou uma nova forma de interpretar o texto constitucional, ao passo que deixou a Carta Magna de ser analisada apenas como um sistema em si – com a sua ordem, unidade e harmonia – passando, todo o sistema jurídico a ser interpretado sob sua lente. Deste modo, o sistema jurídico passou a realizar os valores nela consagrados, bem como um novo modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do Direito,

Nesse diapasão, os princípios fundamentais incluídos na Carta Magna brasileira possuem a capacidade de constituir uma sociedade mais justa e reduzir as diferenças sociais, sendo o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º do texto constitucional, listado como fundamento da ordem jurídica brasileira (BRASIL, 1988).

Essa nova conjuntura constitucional inaugurada pela Carta Magna colocou a pessoa como centro das preocupações do ordenamento jurídico, de modo que todo o sistema jurídico retira da Constituição sua orientação e seu fundamento para a necessária proteção ao indivíduo. Nesse sentido, Schreiber (2016, p.1) aponta que essa interpretação de todo o sistema jurídico à luz da Constituição faz surgir o que se entende por direito civil constitucional, o qual “pode ser definido como a corrente metodológica que defende a necessidade de permanente releitura do direito civil à luz da Constituição”.

Com essa releitura dos institutos do direito privado pela nova ordem inaugurada pela Constituição de 1988, se permitiu perceber a afetividade de forma implícita no texto constitucional, razão pela qual é possível sustentar o reconhecimento jurídico da afetividade a partir de 1988, principalmente por muitas das disposições da Carta Magna visarem tutelar situações subjetivas, afetivas, tidas como merecedoras de reconhecimento e proteção. Assim, a afetividade passa a ser compreendida como elemento essencial para o desenvolvimento e estruturação da família contemporânea e, em razão disso, essa instituição modernamente não se justifica sem a existência do afeto, fato pelo qual, todas as espécies de vínculos ancorados no afeto são merecedoras da proteção do Estado (PEREIRA, 2011)

Todavia, faz-se necessário destacar que a afetividade e o afeto têm conceitos diferentes que não se confundem. Conforme bem destaca Abreu (2016, p. 192), o afeto se refere ao “sentimento de bem-querer que sentimos e destinamos a alguém”. Já para Leite (2020, p. 46), este pode ser definido como o “conjunto de sentimentos e sensações que configuram a vida interna de todos os indivíduos”, ao passo que, ao compreender os próprios sentimentos, o indivíduo tem a possibilidade de melhor vivenciar as intrínsecas qualidades e as virtualidades daqueles que estão ao seu redor, bem como proporciona que o ser tenha uma vida emocional

mais saudável nas interações com os outros. Segundo definição encontrada no Dicionário Online de Português, a afetividade é entendida como “força constituída por esses fenômenos, no íntimo de um caráter individual”.

Pereira (2015, p. 69) destaca que, segundo a definição adotada pela Psicanálise, o afeto se caracteriza como a “quantidade de energia pulsional e exprime qualquer estado afetivo, agradável ou desagradável. Para a Filosofia é o que diz respeito aos sentimentos, às emoções, aos estados de alma e, sobretudo ao amor”.

Tal expressão na seara jurídica é adotada em sentido diverso. Lôbo (2017) destaca que ao ser tratado como princípio, o qual tem o condão de orientar que algo seja realizado na sua maior proporção dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes, a afetividade que o direito trata não se confunde com o afeto enquanto sentimento, visto que o direito atua selecionando os fatos da vida que devem receber a incidência da norma jurídica.

Impende salientar que, mesmo este princípio não possuindo previsão legal específica na legislação pátria, é possível extraí-lo de diversos dispositivos constitucionais, conforme aduz Lôbo (2017, p. 68-69), ao citar expressamente em quais dispositivos constitucionais é possível constatar a afetividade como princípio constitucional implícito

Encontram-se na Constituição fundamentos essenciais do princípio da afetividade, constitutivos dessa aguda evolução social da família brasileira, além dos já referidos: a) todos os filhos são iguais, independentemente de sua origem (art. 227, § 6º); b) a adoção, como escolha afetiva, alçou-se integralmente ao plano da igualdade de direitos (art. 227, §§ 5º e 6º); c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos, tem a mesma dignidade de família constitucionalmente protegida (art. 226, § 4º); d) a convivência familiar (e não a origem biológica) é prioridade absoluta assegurada à criança e ao adolescente (art. 227).

Seguindo esta linha de raciocínio, Tepedino (2020, p. 28) afirma que, quando se trata sobre a afetividade presente nas situações jurídicas, não se está a tratar de sentimentos, não sendo, dessa forma, o sentimento do afeto reconhecido como um direito. A afetividade no âmbito jurídico diz respeito aos comportamentos tutelados pelo ordenamento, não importando assim para o intérprete investigar de maneira minuciosa se na situação analisada se constata ou não a existência do afeto, como sentimento, de modo que o que importa são ações expressamente realizadas.

Frente a isso, ressalta-se que apesar das previsões legais sobre a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional, não se pode olvidar os prejuízos socioemocionais que a institucionalização pode acarretar à criança e adolescente.

Assim, como forma de tentar mudar essa realidade, foi criado o Programa de Apadrinhamento Afetivo, que visa captar, mobilizar, capacitar e acompanhar voluntários que se disponham a ser padrinhos ou madrinhas afetivos de crianças e adolescentes institucionalizados. O referido projeto é voltado as crianças e adolescentes que vivem em abrigos, cujas possibilidades de reintegração familiar ou adoção são remotas (art. 19-B, lei 8.096) (BRASIL, 1990).

Cumprе ressaltar que a condição de acolhimento pode consolidar-se como espaço no qual a afetividade muitas vezes é perdida por traumas e histórias de abandono, nesse sentido Nucci (2015, p. 343) destaca, ao tratar da retirada de uma criança ou adolescente de sua família, sendo ela natural ou extensa, que “O corte abrupto dos laços familiares associado ao ingresso num local inóspito e frívolo”, embora a excepcionalidade dessa medida, é “[...] a forma mais drástica do estado agir em situações de perigo.”

Nesta toada, o art. 19 do ECA (BRASIL, 1990) expressa o direito da criança e do adolescente ao convívio comunitário e familiar, e é sobre essa ótica que o programa de apadrinhamento afetivo se desenvolveu, pautado na busca pela promoção de vínculos afetivos seguros e prolongados entre jovens institucionalizados e aqueles que se voluntariam para serem padrinhos e madrinhas.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária conceitua o apadrinhamento afetivo como

Programa, por meio do qual, pessoas da comunidade contribuem para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional, seja por meio do estabelecimento de vínculos afetivos significativos, seja por meio de contribuição financeira. Os programas de apadrinhamento afetivo têm como objetivo desenvolver estratégias e ações que possibilitem e estimulem a construção e manutenção de vínculos afetivos individualizados e duradouros entre crianças e/ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e preparados, ampliando, assim, a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo. Não se trata, portanto, de modalidade de acolhimento (BRASIL, 2006, p. 126).

Neste sentido, os padrinhos e madrinhas do projeto podem dar a oportunidade de uma vida social, proporcionando a essas crianças um ambiente saudável, familiar, com atenção, carinho, haja vista a importância do afeto no desenvolvimento psíquico do indivíduo. Cabe ainda ressaltar que, conforme o caderno de Orientações Técnicas (2009), a separação da convivência com a família pode causar consequências negativas para o desenvolvimento, ao passo que, quando existe a necessidade de efetuar o afastamento, esse dever ter caráter provisório e seguir alguns critérios que devem ser respeitados para garantir que o desenvolvimento aconteça.

O impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer sua importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive, a construção ou reforço de uma autoimagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas (BRASIL, 2009, p. 13).

É neste cenário que o apadrinhamento afetivo oportuniza o contato e a convivência com a comunidade e a formação de vínculos que poderão servir de referencial de família. É no ambiente familiar que se constroem os vínculos afetivos, experimentam emoções, desenvolvem autonomia, as tomadas de decisões a controlar impulsos, frustrações, cuidam-se um do outro e passam por conflitos. Ademais, como bem destaca Bairros et al. (2011, p.1), ao tratar da importância do vínculo afetivo na constituição da personalidade do indivíduo,

As manifestações de afeto, principalmente mãe/filho são decisivas para a formação da personalidade e terão importante influência nas relações sociais ao longo da vida, sendo assim, determinante na formação da estrutura emocional do indivíduo. Sabendo que a afetividade faz parte de todo o desenvolvimento estrutural e psicológico do ser humano, e que sem ela, este não se desenvolve plenamente, é de extrema relevância demonstrarmos a importância do afeto na construção da base da personalidade nos primeiros anos de vida, considerando que aquilo que acontece ao indivíduo neste período irá refletir-se na adolescência e na fase adulta. As impressões registradas no inconsciente, pela presença ou ausência das relações afetivas entre pais e filhos, podem causar graves transtornos afetivos e emocionais às crianças.

Ressalta-se ainda que o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a maior participação da comunidade nas atividades internas dos acolhimentos institucionais, assim como regulamenta a integração das crianças/adolescentes em famílias substitutas quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa (art. 92 do ECA). No mesmo sentido, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (MDS e SEDH, 2006) surge com a proposta de incorporar na plenitude a proteção integral.

Conforme asseveram Zerbinatti e Kimmelmeier (2014, p. 88), o programa de apadrinhamento afetivo

(...) surge com o intuito de permitir que crianças em situação de acolhimento institucional tenham outras referências de vida e de comunidade além da dos profissionais que com elas convivem, proporcionar relações dentro de uma família nas quais terão novos exemplos de participação familiar e de cidadania dentro da sociedade.

Sua relevância, no que diz respeito à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária, quando se trata de crianças em acolhimento institucional, é inegável, haja vista

que o programa traz a capacidade de mudar a trajetória da vida de indivíduos que estão transitando por uma fase de mudanças, de descobertas, assumindo personalidades, num momento onde a presença de adultos que contribuam para a formação do caráter e da autonomia social e que permitam a inserção destes infantes e jovens nos mais heterogêneos espaços sociais é fundamental. Afinal, como bem destaca Cuneo (2012, p. 422), numa instituição de acolhimento “por mais que haja uma atmosfera de ambiência familiar artificialmente criada, somente uma relação familiar propicia um sentimento de intimidade, cumplicidade e um convívio mais afetivo, personalizado e individualizado”.

Assim, com o objetivo de desenvolver ações e estratégias para estimular a manutenção de vínculo afetivo entre os abrigados e os padrinhos, o programa busca oferecer aos menores certa referência familiar, haja vista que os padrinhos e madrinhas representam o referencial de família fora das instituições de acolhimento. Tem ainda como escopo proporcionar apoio material, e, principalmente, afetivo a eles, através do contato direto com os padrinhos, objetivando modificar a realidade e o futuro desses jovens por intermédio de afeto, ao passo que essa relação proporciona uma vivência e convivência positiva para ambos, contribuindo para a redução do abandono e fazendo ressurgir a autoestima em razão da oportunidade de serem assistidos por quem deseje oferecer-lhes afeto, carinho, amor e cuidado (SANTOS, 2020)

Ademais, por ser uma iniciativa que visa estimular a construção e a manutenção de relações de afeto sólidas e que se prolonguem no tempo entre crianças e adolescentes e seus padrinhos e madrinhas, trata-se de uma oportunidade de resgatar o direito da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, ampliando as suas referências, oferecendo a eles a oportunidade de se relacionar dentro de outro ambiente, com novos exemplos de participação familiar e de cidadania dentro da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar, através da pesquisa explanatória, a eficácia do apadrinhamento afetivo como forma de promover o direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes institucionalizados, haja vista a garantia constitucional do direito à convivência familiar e comunitária, se percebe que em casos de acolhimento institucional, onde a criança é retirada do convívio familiar, os vínculos familiares são, muitas vezes, rompidos, razão pela qual crianças e adolescentes crescem sem qualquer referência de lar.

A princípio, ao discorrer sobre a criança e do adolescente como sujeitos de direitos no ordenamento jurídico brasileiro se propôs a discorrer sobre a Doutrina da Proteção Integral,

ratificado no Brasil tanto pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 1º e 4º, a qual teve papel fundamental no posicionamento das crianças e dos adolescentes enquanto sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Além disso, explicitou-se que o artigo 227 da CRFB elevou a convivência familiar e comunitária à categoria dos direitos fundamentais, o que foi incorporado pelo ECA em seu art. 19.

Em seguida, a partir do estudo do acolhimento institucional como garantia da proteção integral, sendo esta uma medida excepcional e provisória e que cumpre perfeitamente a sua função de acolher e salvaguardar a integridade física e emocional de crianças e adolescentes, todavia, não efetiva o direito à convivência familiar e comunitária, tendo em vista a dificuldade para se fazer cumprir o caráter provisório da medida, uma vez que, em alguns casos, os acolhimentos se prologam no tempo.

Por fim, com o reconhecimento do afeto como princípio jurídico e a consequente implementação do apadrinhamento afetivo como garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, é importante salientar, que o que se busca no apadrinhamento não é o estabelecimento de um vínculo de filiação, visto que em casos de adoção, a criança passa a ser filho do adotante, o programa de apadrinhamento afetivo busca um vínculo afetivo, para que a criança/adolescente tenha uma vivência diferente da instituição onde está abrigada, fazendo com que esse vínculo auxilie o seu desenvolvimento como indivíduo.

Nesse sentido, o contato com um núcleo familiar intermediado pelo programa de apadrinhamento afetivo proporciona o nascimento de um vínculo afetivo externo aos acolhimentos institucionais. O programa é direcionado à crianças e adolescentes em situação de acolhimento e com remotas possibilidades de serem adotadas, sendo assim um instrumento que possibilita a criação de laços familiares e vínculos afetivos, na medida em que proporciona a estas crianças e adolescentes o contato com uma realidade distinta da que presenciam nos acolhimentos institucionais, haja vista a ausência do afeto e do cuidado oferecidos em um núcleo familiar.

Ademais, o apadrinhamento afetivo representa uma forma de concretizar o direito à convivência comunitária, além de contribuir para o desenvolvimento da criança ou adolescente, tendo em vista a posição central dos vínculos afetivos no desenvolvimento psíquico do indivíduo, viabilizando também a inserção social em um contexto familiar e comunitário que irá interferir diretamente no desenvolvimento das suas relações interpessoais.

Sendo assim, o reconhecimento da afetividade enquanto princípio, ainda que implícito tanto no texto constitucional como na legislação infraconstitucional, se mostra primordial na formação psíquica do indivíduo, bem como para a construção das relações interpessoais.

REFERÊNCIAS

BAIROS, J., BELZ, C.W., MOURA, M., OLIVEIRA, S. G., RODRIGUES, T. T., SILVA, S. C., & COSTA, F. T. (2011). Infância e adolescência: A importância da relação afetiva na formação e desenvolvimento emocional (XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão). Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, RS, Brasil. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2011/humanas/INF%C3%83%E2%80%9ANCIA%20E%20ADOLESC%C3%83%C5%A0NCIA%20A%20IMPORT%C3%83%E2%80%9ANCIA%20DA%20RELA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O%20AFETIVA%20NA%20FORMA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O%20E%20DESENVOLVIMENTO%20EMOCIONAL.pdf>. Acesso em 09 de nov de 2022.

BRASIL. Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 16 De Julho De 1934). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 01 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil (De 24 De Fevereiro De 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 01 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 03 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil (De 18 De Setembro De 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 03 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 05 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 de set de 2022.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 06 de set de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em 03 de set de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 03 de set de 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acesso em: 04 de set de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm. Acesso em 04 de set 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. 2019. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em 07 de set de 2022.

BRASIL. Regimento das Câmaras Municipaes, ou, Lei de 1. de Outubro de 1828: anotada com as leis, decretos, regulamentos e avisos que revogão, ou alterão suas disposições e explicão sua doutrina: precedida de uma introdução historica, e seguida de sete appensos. [Online] 1885. Livro Raro. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/227296>. Acesso em 14 de set de 2022.

BRASIL. ORDENAÇÕES FILIPINAS. nº 88 de 01/04/1451/BC - Brasil Colônia. Livro I - Ordenações Filipinas - Título - LXXXVIII - Dos Juizes dos Órfãos. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/209474-livro-i-ordenacoes-filipinas-titulo-lxxxviii-dos-juizes-dos-orfaos.html>. Acesso em 03 de set de 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 17.943-A, DE 12 DE OUTUBRO DE 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 de out de 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em 31 de out de 2022.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.799, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 de nov de 2022.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em 03 de nov de 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF, 2006

BRITO, Carolina Oliveira de; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi Araújo. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 2, p. 401-413, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200012. Acesso em 07 de nov de 2022.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Motivos do acolhimento de crianças e adolescentes refletem problemas sociais. Julho de 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/motivos-do-acolhimento-de-criancas-e-adolescentes-refletem-problemas-sociais/>. Acesso em 03 de nov de 2022.

COELHO. Bernardo Leôncio Moura. A proteção à criança nas constituições brasileiras: 1824 a 1969. *In Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 35 n. 139 jul./set. 1998, p. 93-108. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/390/r139-07.pdf?sequence=4>. Acesso em 03 mai. 2022.

CUCCI, Gisele Paschoal. CUCCI, Fábio Augusto. A Proteção Integral de Crianças e Adolescentes Como Dever Social da Família, da Sociedade e do Estado. UNOPAR. *Revista de Ciências Jurídicas*. Londrina, v. 12, n. 2, p. 77-84, Set. 2011. Disponível em: <https://revistajuridicas.pgsskroton.com.br/article/view/910>. Acesso em 03 de nov de 2022.

CUNEO, Mônica Rodrigues. Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento: A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. *Censo da População Infante Juvenil Abrigada no Estado do Rio de Janeiro*. 2022. Disponível em: http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/7_Abrigamento.pdf. Acesso em 10 de nov de 2022.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 10ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FARMER, Elaine. WIJEDASA, Dinithi. The Reunification of Look After Children with Their Parents: What Contribu to Return Stability?, *The British Journal of Social Work*, Volume 43, Issue 8, December 2013, Pages 1611–1629. Disponível em: <https://academic.oup.com/bjsw/article-abstract/43/8/1611/1693532?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em 05 de nov de 2022.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. *Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

GOBBO, Edenilza., & ARCARO, Larissa Thielle (2013). O direito fundamental à convivência familiar de crianças e adolescentes acolhidos fora de seu município: análise da promoção da reintegração familiar. *Unoesc & Ciência - ACSA*, 4(1), 77–88. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/2203>

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wernersbach (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Volume: 20, Número: 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/i/2015.v20n1/>. Acesso em 05 de nov de 2022.

LAMBERT, Renan. As medidas de proteção para a criança e o adolescente. 2015. Disponível em: <https://renansousa92.jusbrasil.com.br/artigos/254217814/as-medidas-deprotecao-para-a-crianca-e-o-adolescente>. Acesso em 01 de set de 2022.

LÔBO, Paulo. Direito civil: volume 5: famílias. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MIRANDA, Geralda Luiza de. “Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais”. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 201-218, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000200201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 de nov de 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMENTADO. 2ª Edição, 2015.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. nº 88 de 01/04/1451/BC - Brasil Colônia. Livro I - Ordenações Filipinas - Título - LXXXVIII - Dos Juízes dos Órfãos. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/209474-livro-i-ordenacoes-filipinas-titulo-lxxxviii-dos-juizes-dos-orfaos.html>. Acesso em 03 de set de 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha, Princípio da Afetividade. In: DIAS, Maria Berenice (coord.). *Diversidade sexual e direito homoafetivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ROCHA, Patricia Jovasque., ARPINI, Dorian Mônica., & SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro (2015). Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Volume: 35, Número: 1, Publicado: 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/i/2015.v35n1/>. Acesso em 03 de nov de 2022.

SANTOS, Thais Schaly. APADRINHAMENTO AFETIVO: UM INSTRUMENTO PARA A GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Artigo. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/08/thais_santos.pdf. Acesso em 21 de nov de 2022.

TEIXEIRA, Elys Marina Granemann. Apadrinhamento afetivo: os possíveis efeitos nas vidas das crianças acolhidas institucionalmente. Artigo científico. Unisul, 2019. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/2121/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&filter_field_1=subject&filter_type_1=equals&filter_value_1=Apadrinhamento+afetivo&etal=0&filtername=dateIssued&filterquery=2019&filtertype=equals. Acesso em 06 de nov de 2022.

TEPEDINO, Gustavo. TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Direito de família; organização. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2020. (Fundamentos do Direito Civil – Vol. 6).

TRINDADE, Judite Maria Barboza. “O abandono de crianças ou a negação do óbvio.” Revista Brasileira de História, 1999, setembro ed. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/vDzRcnrCCsWK3pcmxHF8fbL/?lang=pt>. Acesso em 05 de set de 2022.

VALERA, Yuri Emilio Buaiz. Ley de Protección Integral de la Niñez y Adolescencia Comentada de El Salvador. Libro Segundo. Consejo Nacional de la Judicatura, Escuela de Capacitación Judicial. San Salvador, El Salvador: CNJ-ECI, 2014.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Humanismo e infância: a superação do paradigma da negação do sujeito. In: MEZZARROBA, Orides (Org.). Humanismo Latino e Estado no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, Treviso: Fondazione Cassamarca, 2003, p. 439.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. Da institucionalização à adoção: um caminho possível? 1995. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=104>. Acesso em 04 de nov de 2022.

ZERBINATTI, Aline Gabrielle; KEMMELMEIER, Verônica Suzuki. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n2/v6n2a11.pdf>. Acesso em 10 de nov de 2022.